



INTERSINDICAL NACIONAL

RUA VICTOR CORDON, 1, 3.º * TEL. 32 55 67 * LISBOA-2

*Para enviar à
entidade oficial*

NOTA:

*a concentração tem o seu
exemplar.*

Excelência

Para vosso conhecimento, junto remetemos documentação relativa à Jornada de Apoio à Reforma Agrária, realizada em 9, 10 e 11 do corrente na cidade de Beja, por iniciativa da Intersindical Nacional.

Permitimo-nos chamar a atenção de V. Exa. para a importância quer das deliberações tomadas e informações apresentadas no Plenário dos Sindicatos, quer das conclusões da Jornada aprovadas na concentração-comício final.

Queremos realçar ainda a V. Exa. a elevada participação nos diversos actos da Jornada, como factor significativo e demonstrativo da representatividade do mesmo, adiantando-se dois exemplos:

- a) Presentes no Plenário: 209 delegados de 85 Sindicatos, representando 1.125.000 trabalhadores; 11 Delegações Sindicais; 6 Secções Sindicais; 12 Uniões Distritais; 2 Uniões Locais; 3 Federações; 78 Cooperativas Agrícolas e Unidades Colectivas de Produção representando 729 herdades colectivas, com 361 delegados; 69 observadores individuais.
- b) Presentes na Concentração-Comício milhares de trabalhadores de todo o País.

Solicitamos por fim a V. Exa. o melhor apoio para o teor das deliberações e conclusões contidas na referida documentação.

Documentação Anexa:

1. Grande Campanha de Apoio à Reforma Agrária

Documento base apresentado ao Plenário pelo Secretariado da Intersindical Nacional

2. Reforma Agrária com aumento de produção

Informação feita ao Plenário pelo Secretariado da Intersindical Nacional

3. Há que fazer cessar com urgência o saque económico praticado pelos Agrários

Informação feita ao Plenário pelo Secretariado da Intersindical Nacional

4. Moção de defesa e apoio à Reforma Agrária

Apresentada pelo Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul

5. Moção de apoio à justa luta de todos os trabalhadores do campo - assalariados, pequenos e médios agricultores, na defesa das suas conquistas

Apresentada pelo Sindicato dos Ferroviários do Norte de Portugal

6. Proposta "Grande Campanha de Apoio à Reforma Agrária"

Apresentada pelos Sindicatos Agrícolas de Beja, Évora, Portalegre, Setúbal e Santarém

7. Requerimento manifestando voto de confiança aos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas para analisarem e aprovarem Estatutos para o Fundo de Apoio à Reforma Agrária (F.A.R.A.)

Apresentada pelos Sindicatos dos Metalúrgicos e Rodoviários de Lisboa

8. Conclusões da Jornada de Apoio à Reforma Agrária

Com os nossos melhores cumprimentos.

Lisboa, 12 de Abril de 1976

Pel'O SECRETARIADO DA INTERSINDICAL NACIONAL

permeabilidade

1. GRANDE CAMPANHA DE APOIO

A REFORMA AGRÁRIA EM PORTUGAL

1.

Saudação aos heróicos assalariados agrícolas e camponeses de todo o País !

1975 foi um ano de árduas lutas e grandes vitórias para os trabalhadores dos campos de Portugal.

Entre Fevereiro e Dezembro, mais de 100 mil trabalhadores da terra alentejana e ribatejana, regada longos anos com muito suor e muito sangue, expulsaram para sempre umas poucas centenas de latifundiários parasitas e opressores. Mais de um milhão de hectares de terras ficaram sendo propriedade nacional, de todo o Povo e sobre essas terras as terras devastadas os trabalhadores ergueram centenas de novas Unidades Colectivas de Produção, dirigidas por assalariados e pequenos agricultores.

Apesar dos constantes ataques e sabotagens dos grandes agrários, os trabalhadores do Sul realizaram essa profunda Reforma Agrária com notável crescimento da produção de gados e de culturas. Em 1975 esses heróicos trabalhadores, durante longos meses sem salários, asseguraram ao País as maiores colheitas de cereais dos últimos 10 anos e para 1976 realizaram as maiores sementais de que há memória. Com vigilância constante e dura luta têm atenuado quanto podiam o saque económico praticado pelos agrários na sua região.

Os trabalhadores assalariados do Norte dão passos importantes na criação e fortalecimento dos seus Sindicatos, na luta muito dura por que seja cumprida a regulamentação do trabalho rural.

Os pequenos agricultores nortenhos, sujeitos também à espoliação e outras violências dos senhores da terra, dão crescente força aos seus movimentos unitários : o Movimento para a Extinção dos Foros (M.E.F.), o Movimento dos Utentes dos Baldios (M.U.B.), o Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte (M.A.R.N.), o Movimento para uma Melhor Previdência Rural (M.A.P.R.U.), que têm arduamente têm combatido pela urgente e completa abolição do abominável regime dos Foros, pela restituição ao uso colectivo dos povos das imensas terras baldias de que os grandes senhores se esbulharam, pelo imediato cumprimento das leis de arrendamento rural, pela garantia de um mínimo elementar de previdência rural a todos os que trabalham a terra. Os camponeses do Norte deram também já os primeiros passos seguros para a criação de novas Cooperativas para a comercialização e para a própria produção agrícola. Essas cooperativas, verdadeiramente dirigidas pelos trabalhadores da terra e por isso mesmo irrompendo com as formas novas de produzir e comercializar, também ali acabam por dar fim à exploração capitalista.

Assalariados agrícolas e camponeses da Madeira e dos Açores, enfrentando uma opressão especialmente violenta dos seus exploradores, erguem-se com vigor contra a atroza exploração a que têm estado sujeitos.

2.

Unidade de acção de todos os trabalhadores

para bater a ofensiva reaccionária contra a Reforma Agrária

A nacionalização dos bancos e dos grandes monopólios industriais e comerciais a partir de 11 de Março de 1975 e o controlo operário foram avanços enormes do processo revolucionário. Urge consolidar este processo para garantir o triunfo sobre a exploração capitalista, que tudo tenta para regressar em força ao nosso país.

Um dos maiores obstáculos ao regresso do fascismo e dos poderes patrões da banca, da indústria e da terra é a Reforma Agrária. A crescente força revolucionária

dos trabalhadores do campo, não só do Sul mas por todo o País, inquieta profundamente as classes exploradoras portuguesas e o imperialismo estrangeiro. O avanço da Reforma Agrária é o fim da exploração capitalista, é o triunfo do Socialismo em Portugal.

Por isso, a reacção encarna cada vez mais os seus ataques à Reforma Agrária. Ao despedir, ao espancar, ao agredir a tiro e à bomba trabalhadores assalariados, ao pelo facto de serem dirigentes sindicais ou simples associados dos Sindicatos, a reacção não revela força mas desespero. E mostra ainda a sua fraqueza e desespero ao lançar para a rua rendeiros e suas famílias, ao destruir-lhes casas e culturas, apenas por reclamarem a aplicação das leis do arrendamento rural. A reacção de todos os tipos verifica não conseguir deter a avalanche revolucionária dos trabalhadores do campo por muito que varie as manobras utilizadas: intoxicação política reacçãoária, adiamento e adulteração de leis justas (trabalho rural, associações sindicais e de pequenos agricultores, previdência rural, arrendamento rural, foros, baldios, crédito, impostos, saneamento dos circuitos comerciais, etc.). Intenta dividir trabalhadores, lançar escombros contra assalariados. Pressiona para que seja suspensa a expropriação dos enormes latifúndios ainda nas mãos de perniciosos esbrotadores e para atirar com massas de desempregados e de escombros sobre as Unidades Colectivas dos trabalhadores, tentando destruí-las e comprometer em tão vis manobras forças militares e esboçar dividir ainda mais as Forças Armadas. Além disso, organiza bandos de agrários expropriados, grandes negociantes, pides libertados e marginais de toda a espécie para, sob a capa da "CAP", ELP e CIA, investirem à paulada, a tiro e à bomba contra as organizações sindicais e de produção dos trabalhadores.

Mas a reacção sabe que não é a ferro e fogo que pode vencer a valentia do operariado agrícola e do campesinato pobre do nosso país. A maior esperança da reacção consiste em tentar fazê-los render pela fome.

Está em curso uma feroz ofensiva contra os trabalhadores do campo.

Não apenas contra os que produzem e lutam nas Herdades Colectivas. Também contra os que tanto trabalham e lutam no sector da pequena produção camponesa. Para uns e outros acabam de ser tomadas pelo Ministério das Finanças bem duras medidas: agravamento de taxas de juro e novas restrições ao Crédito de Emergência, enquanto se favorece o crédito para agrários; ameaça de corte total daquele crédito. Isto segue-se a corte total de crédito para máquinas, e semear à inexistência de ajudas financeiras para compras de gado e de materiais de construção para obras. Essas compras e obras são de maior urgência para a produção agrícola e para a dinamização de todo o País.

Simultaneamente, faz-se cair os cima dos trabalhadores toda uma avalanche de impostos e outras tentativas de extorção. Vai-se ao ponto de pretender que os trabalhadores das Herdades Colectivas paguem indemnizações e agrários absentistas e esquecidos, carregados de dívidas ao Estado e a muitas empresas em dificuldades e que puseram no estrangeiro milhões de contos. Vai-se ao extremo criminoso de tentar forçar trabalhadores a pagarem inventários actuais, dos gados, máquinas, produções totalmente feitas, aumentadas e pagas pelos trabalhadores, com grande sacrifício.

Quando os trabalhadores tentam comercializar directamente com os consumidores, para se defenderem das grandes intermediários especuladores, surgem já ameaças de tornar obrigatória a entrega de produtos, que entretanto ficam menos com os produtores e com juros ou são entregues directamente aos agrários.

Urge unir e organizar a luta de todos os trabalhadores para bater a feroz ofensiva reacçãoária contra a Reforma Agrária. Se a produção colectiva e a dos pequenos agricultores são estranguladas todo o País paralisa. A sabotagem económica é a maior arma da reacção, contra todos os trabalhadores, contra o País.

3.

Reforma Agrária: motor essencial do arranque económico e do processo revolucionário.

A exploração capitalista origina a estagnação da produção agrícola, ou mesmo a redução de culturas e de efectivos pecuários, o dispêndio de milhões de contos em impostos, o desemprego e a esmagação em massas.

A expulsão dos agrários exploradores permitiu já, num só ano, a eliminação do desemprego e grandes acréscimos de produção na maior parte dos concelhos onde a Reforma Agrária mais avançou.

O aumento da criação de gados foi já de tal ordem que a fabricação de rações não consegue acompanhar esse ritmo produtivo agrário. Muito mais pode ainda aumentar o fabrico de rações e as próprias indústrias de equipamento se se usarem matérias primas que se desperdiçam no País, deixando de as importar dos Estados Unidos, com o que se gasta milhões de contos.

Também a expansão do cultivo de terras já originou que fabricantes de alfaias estejam em dificuldade para corresponder às encomendas dos trabalhadores dos campos.

É isto uma pequena imagem do que poderá ser o País em pouco tempo.

Se já tivessem sido abertos créditos para compra de gados, de máquinas e de materiais de construção, não estariam paradas empresas metal-mecânicas, de tijolos e telhas, de cimentos e fibro-cimentos, de vidros, de madeiras e de muitos outros ramos industriais, assim como empresas e serviços estatais de projectos e assistência técnica.

São tantas as carências de maquinaria e de obras nos campos : casas para trabalhadores, para gados, para máquinas e para produtos, milhares de represas de água, de projectos de abastecimento de água, de segatos, de caminhos, etc., que em pouco tempo poderá desaparecer de todo, só com a actividade no sector agrário, toda a grave crise na construção civil, nas indústrias metálicas, nas cerâmicas e em todas as mais indústrias.

A produção agrária, colectiva e dos pequenos produtores de todo o País, é hoje um dos motores de arranque fundamentais para assegurar a actividade produtiva, o emprego e melhores condições de vida em todos os sectores do trabalho nacional.

4.

Criação de um Fundo de Apoio à Reforma Agrária

A criação de um forte fundo de Apoio à Reforma Agrária (F.A.R.A.) é uma necessidade imperiosa, vital, para a defesa dos trabalhadores, num momento crucial de ofensiva reacçãoária.

Com esse fundo, os trabalhadores passarão a dispor de uma força decisiva para desencadear e impulsionar processos económicos fundamentais, quer a reacção queira ou não.

Tendo os trabalhadores essa capacidade para tomar poderosas iniciativas no campo económico, mais fácil será conseguir que os diferentes organismos estatais venham a cumprir as suas obrigações de apoio ao primordial sector da produção agrária, rependo os fundos adiantados pelo F.A.R.A..

5.

Organização de jornadas de trabalho voluntário

Na fase actual do processo é de maior importância obter a maior economia possível na realização das obras de todo o tipo que os campos e aldeias urgentemente precisam.

A mobilização de trabalho voluntário e gratuito constitui uma das modalidades mais eficazes de ajuda aos trabalhadores dos campos.

Presentemente interessa, sobretudo, o apoio em trabalho especializado : técnicos de projectos, electricistas, serralheiros, mecânicos, carpinteiros, pedreiros, contabilistas, agrónomos, veterinários, médicos, professores, todos quantos possam ajudar a realização de obras, e conceder assistência técnica e aperfeiçoamento profissional.

Por outra parte, estas jornadas são realizações de maior valor em convivência e apoio político, sobretudo, nas regiões mais atacadas pela reacção.

Estas formas de apoio em trabalho serão tanto mais eficazes quanto maior for a atenção dedicada à sua organização.

6.

Organização de áreas de consumo colectivo

Os trabalhadores dos campos e das cidades constituem a maior massa dos consumidores do País.

Hoje está inteiramente ao alcance desses trabalhadores avançar com uma eficiente organização da sua área de consumo, de modo a colocá-la progressivamente em termos colectivos e sob controle dos trabalhadores.

A criação de novas cantinas, refeitórios e cooperativas de consumo, por toda a parte nos locais de trabalho e de residência, é um passo fundamental para defender os consumidores dos grandes especuladores comerciais.

Por outro lado, essas estruturas de consumo colectivo deverão consumir prioritariamente produtos vindos das herdades colectivas e dos pequenos agricultores, assim como de unidades industriais sob controle dos trabalhadores.

Este tipo de comercialização directa entre trabalhadores permite melhorar os preços de venda dos que produzem e de compra aos que consomem.

E é mais uma medida de maior importância para libertar as Unidades Colectivas de Produção e a pequena produção camponesa da especulação e do estrangulamento económico que os grandes intermediários especuladores e quadros estatais reacccionários lhes querem impôr.

O domínio pelos trabalhadores de uma importante área comercial de produtos agrícolas e industriais ampliará extraordinariamente o poder de controle dos trabalhadores sobre uma zona económica vital, ao mesmo tempo que enfraquece em muito o poder económico dos grandes grupos capitalistas ainda existentes e a capacidade de pressão e manobra dos elementos reacccionários contra os trabalhadores.

Será da maior conveniência para os trabalhadores encontrar formas viáveis de colocar o pequeno comércio não contra as novas estruturas de comercialização mas a seu favor, na medida em que poderá igualmente ser ajudado a defender-se dos grandes intermediários especuladores.

7.

Em frente com uma Grande Campanha de Apoio

à Reforma Agrária em Portugal

A feroz ofensiva reacccionária contra a Reforma Agrária põe em grave perigo não apenas as importantes conquistas dos trabalhadores da terra mas também se de todos os trabalhadores portugueses.

Bater essa ofensiva de reacção é tarefa principal de todos os que trabalhem, de todo o Povo Português: consolidar as conquistas alcançadas, impedir o avanço capitalista, barrar o caminho ao fascismo.

Uma das formas mais enérgicas de bater a reacção é defender a Reforma Agrária; é criar condições para o avanço impetuoso do processo produtivo e revolucionário dos trabalhadores do campo do nosso País; é arrancar com todo o processo económico nacional, sob o controle dos trabalhadores, partindo de um impulso decisivo ao equipamento e à produção dos campos.

Assim, é do maior interesse nacional e de todos os trabalhadores portugueses

levar a efeito uma Grande Campanha de Apoio à Reforma Agrária, que seja uma força imparável de impulso ao processo produtivo controlado pelos trabalhadores e, consequentemente, ao processo revolucionário, a caminho do Socialismo.

UNIDADE NA ACÇÃO :

A FORÇA DOS TRABALHADORES !

CONTRA A REACÇÃO E O FASCISMO

EM FRENTE COM A REFORMA AGRÁRIA

A CAMINHO DO SOCIALISMO !

Oeja, 9 de Abril de 1976

O Secretariado da Intersindical
Nacional

2. REFORMA AGRÁRIA COM AUMENTO DA PRODUÇÃO

1. Desde o seu início em Fevereiro de 1975, a Reforma Agrária conduzida pelos trabalhadores do campo, assalariados agrícolas e camponeses pobres, originou o maior furor não só dos grandes agrários atingidos nos seus gordos privilégios mas de toda a reacção.

Os trabalhadores em luta pela Reforma Agrária, de Sul ao Norte do País, não são apenas atacados à cacetada, a tiro ou à bomba. São acusados de ladrões de terras, de gados, de máquinas, de produtos, quando muito disto é vindo ou passado directamente ao estrangeiro pelos grandes agrários. Os grandes senhores da terra, tal como os grandes industriais, sabotam a produção, obtêm largos créditos e põem-no fora do País em vez de semearem as terras.

Entretanto acusa-se os trabalhadores de originar a baixa das produções, o caos económico, o abate de gados para comer, a venda de máquinas, etc., etc..

São graves calúnias e não somente acusações. Também são frequentes ataques directos e especialmente violentos às Herdadas Colectivas ou pequenas explorações, com incêndios, arrastamento de culturas, poços e casas, gados mortos a tiro, assim como cortes nos fornecimentos de créditos para salários, para máquinas, para gados e para obras, sabotagem nos fornecimentos de sementes, de adubos, de rações.

Enfrentando tudo isto, com muito trabalho, vigilância e privações, os trabalhadores estão a realizar uma Reforma Agrária verdadeira e singular: uma Reforma Agrária com acréscimo de produção.

Para isso, os trabalhadores do campo tiveram o apoio decidido dos trabalhadores da cidade: operários e empregados das indústrias e do comércio de máquinas, de adubos, de rações, de transportes e serviços. Foram históricos encontros de conjunto e do Barreiro, em Outubro de 1975. Esta forte solidariedade de classe, entre trabalhadores da cidade e do campo, é outra das características essenciais do processo da Reforma Agrária em Portugal.

Referem-se a seguir apenas alguns exemplos dos resultados obtidos pelos trabalhadores na sua decidida batalha da produção.

2. Na época de culturas cerealíferas de 1974-75, ainda com os agrários não expropriados e a oporem-se vivamente à iniciativa dos trabalhadores, já estes alcançaram as maiores produções dos últimos 10 anos, libertando o País dos altos dispêndios com importações.

O próprio Instituto Nacional de Estatística veio confirmar esse grande triunfo que a reacção tanto faz por esconder:

PRODUÇÃO DE CEREAIS

Produtos	Decênio 1966-75	Anos		
		1973-74	1974-75	1975-76
Trigo - ton.	583.293	533.603	685.867	
Aveia - ton.	96.993	99.141	126.629	
Cevada - ton.	69.599	74.524	93.670	
Azeite - hecto- litros	-	458.000	526.000	542.000

AUMENTOS DE PRODUÇÃO

Produtos	De 1975 em relação a 1974 (%)	De 1975 em relação (%) à média do decênio
Trigo	+ 28,5	+ 17,6
Aveia	+ 27,7	+ 30,6
Cevada	+ 25,7	+ 34,6

3. Na época de sementeiras de 1975-76, já após haver mais de um milhão de hectares de terras em Unidades Colectivas de Produção, registou-se um novo impulso decidido nas áreas de sementeira.

ÁREAS SEMEADAS COM CEREAIS (hectares)

Produtos	Decênio 1966 - 75	Anos		
		1973-74	1974-75	1975-76
Trigo	482.935	461.646	482.706	555.034
Aveia	171.999	170.596	177.553	187.998
Cevada	95.089	93.540	104.200	119.037

ACRÉSCIMO DE ÁREAS SEMEADAS

Produtos	De 1974 em rela- ção a 1973 (%)	De 1975 em re- lação a 1974 (%)	De 1975 em rela- ção ao decênio (%)
Trigo	4,8	16,8	17,0
Aveia	4,0	5,8	9,3
Cevada	11,4	14,2	25,1

Indicam-se as áreas semeadas, pois que ainda não existem as colheitas de primavera-verão de 1976.

4. Um primeiro balanço de progressos realizadas pelos trabalhadores das dez primeiras Unidades Colectivas de Produção do concelho de Santiago do Cacém, distrito de Setúbal, revelou os seguintes números:

SITUAÇÃO EM 10 U.C.P.¹ DE SANTIAGO DO CACÉM

	Final de 1974	Final de 1975
Área semeada (ha)	1.140,5	3.159
Gado total (cabeças)	1.577	6.880
Tractores	16	44
Trabalhadores permanentes	57	552

Daqui sobressai uma realidade comum à generalidade da área colectivizada, logo no primeiro ano de Reforma Agrária:

Grandes acréscimos em:

- . área semeada
- . número de cabeças de gado
- . número de tractores
- . número de trabalhadores permanentes

Ponto importante é a completa desapareição do desemprego total ou sazonal, onde ele era um dos mais graves problemas dos trabalhadores.

Por outro lado, há que salientar que além de os gados terem aumentado em número de cabeças, na generalidade os gados estavam a morrer de fome, velhos e doentes, ao passarem ao controle dos trabalhadores; e ao cabo de poucos meses, com selecção de efectivos e melhor tratamento, os gados encontram-se aumentados também em peso.

5. A Cooperativa Agrícola de Casebres, em Alcacer do Sal, constituiu-se em 1/3/75. Um ano depois apresentava o seguinte confronto:

COOPERATIVA AGRÍCOLA DE CASEBRES

	1-3-75	1-3-76
CULTURAS:		
Inverno Trigo (ha)	90	230
Cevada (ha)	-	100
Avela (ha)	3	39
Primavera Arroz (ha)	20	70
Milho (ha)	-	100
Tomate (ha)	3	30
Alqueives (ha)	-	500
GADO:		
Ovínos	300	1.000
Vacas	100	150
Bazerros	64	64
Suínos	-	87
TRABALHADORES PERMANENTES	6-10	150

A Cooperativa abrange cerca de 4.500 hectares englobando várias herdades que estavam quase completamente incultas, as poucas culturas efectuadas antes de Março de 1975 eram de pequenos rendeiros. As culturas de primavera indicadas para 1-3-76 não estavam ainda feitas: são as previsões para a época que corre.

Há dezenas de anos que a população de Casabres anseia e reclama pela barragem na ribeira de S.Martinho e outras obras hidráulicas que poderão regar cerca de 1.000 hectares das boas terras agora integradas nesta Unidade Colectiva de Produção e ajudar a transformá-la numa Unidade modelo. Nela poderão trabalhar todos os trabalhadores ainda residentes na povoação, alguns dos quais ainda forçados a ir a dezenas de quilómetros em busca de trabalho, assim como as muitas centenas de naturais de Casabres que tiveram de emigrar para o estrangeiro.

SECRETARIADO DA INTERSINDICAL NACIONAL

3. HÁ QUE FAZER CESSAR COM URGÊNCIA

O SAQUE ECONÓMICO PRATICADO PELOS AGRÁRIOS

1. Sempre foi comportamento generalizado dos grandes agrários, a partir do 25 de Abril de 1974, uma sabotagem económica sistemática.

Desde fins de 1974 acentuaram ainda mais o saque das herdades, procurando levar delas quanto podiam: não apenas produtos, mas também gados, máquinas e outros meios de produção. Algumas herdades ficaram completamente devastadas, sem uma única alfaia: a TV chegou a mostrar ao país um dos casos, o da Herdade de Corte Condega, em Beja.

Ainda agora, mesmo em herdades já há muito expropriadas e com as Unidades Colectivas de reconhecidas em Diário do Governo, múltiplos agrários aniam por herdades dessas a abater florestas em proveito próprio, a levantar gados e máquinas, a título de "indenização". Noutros casos, os trabalhadores entregam produtos e o valor respectivo é passado para a conta de agrários expropriados. Há ainda muitas outras manobras para fazer passar para as mãos dos antigos senhores da terra, já expropriados, o máximo dos valores que foram e são unicamente criados pelo duro esforço dos trabalhadores do campo. Além do mais isto contraria gravemente as leis de expropriação e o princípio de que, a haver indenizações, serão exclusivamente pagas pelo Estado e em papel.

Na enorme área de latifúndios ainda por expropriar, incluem-se as enormes Herdades da Comporta, de Rio Frio, da Barrosinha e muitas outras.

Antes do 25 de Novembro houve ali extraviio de gados, de máquinas, de fundos, etc., que originaram até processos de prisão e mandatos de captura. Actos desses, como seja cortes totais de floresta, estão ali em curso. Quanto mais tempo essas herdades ficarem nas mãos de autênticos sabotadores, maior será a devastação.

Por outro lado, é pretexto para receberem grossos créditos que alegam ser para investir na produção, mas que usam sobretudo para juntar aos milhões de contos que já passaram para o estrangeiro. Entretanto, cresce o desemprego nessas herdades, onde impera a falta de cultivo e de criação de gados.

Há meses, tomaram-se decisões para bloquear as contas desses grandes agrários sabotadores, a fim de os obrigar a pagar as enormes dívidas que deixam por todo o lado: saíam os produtos e os próprios meios de produção e deixam calotes fenomenais à banca, às Caixas de Previdência, a pequenas e grandes empresas em perigo de encerramento e de despedir os seus trabalhadores; dívidas aos próprios trabalhadores.

E depois vêm certos senhores falar ao País sobre a ruína da banca e das empresas, atribuindo as culpas às nacionalizações ou aos trabalhadores. A culpa não será antes de quem dá instruções para facilitar a movimentação das contas desses senhores, para consumir as reservas de ouro e que tanto se esforça em mendigar créditos ruinosos no estrangeiro, para de novo emprestar a esses sabotadores?

Os órgãos da informação, pagos pelo povo, não devem ser usados para mentir: mas há precisamente quem os monopoliza para impedir que neles se revele a verdade, toda a realidade do País, e em especial o que se faz contra os interesses dos trabalhadores, como é o caso das enormes dívidas dos agrários.

2. Para ilustrar um tanto esses actos de pura rapina poderão tomar-se exemplos de dívidas de alguns agrários: somente 14 do distrito de Santarém têm dívidas que ascendam no presente a mais de 238 mil contos.

Entre eles contam-se:

- . Herdeiros de Francisco Ribeiro, Cartaxo: um total de mais 88 mil contos, dos quais mais de 3,600 a vários fornecedores e o resto a 8 bancos.
- . Herdeiros de José da Silva Lico, Alpiarça: um total de quase 30 mil contos, em diversos bancos, casas comerciais e 379 contos às Caixas de Previdência e 414 contos aos trabalhadores.

São apenas dois exemplos em 14, mas há centenas deles neste país e bem mais graves.

Secretariado da Intersindical Nacional

4. MUNICÍPIO

DEFESA E APOIO À REFORMA AGRÁRIA

CONSIDERANDO Que o processo revolucionário iniciado no 25 de Abril tem sofrido sucessivos ataques dos inimigos do Povo.

CONSIDERANDO Que os reacçãoários declaradamente e violentamente umas vezes, encapotada e traiçoeiramente, outras sempre têm tentado levar a água ao seu moinho, isto é, destruir as conquistas dos trabalhadores.

CONSIDERANDO Que a ofensiva dos reacçãoários e dos fascistas é mais do que nunca mais forte, e mais descarada.

CONSIDERANDO Que os ataques à Reforma Agrária têm sido ultimamente mais do que nunca.

CONSIDERANDO Que a Reforma Agrária é uma importante conquista, não só dos trabalhadores rurais, mas de todos os explorados.

CONSIDERANDO Que é neste contexto que se inserem as manobras levadas a cabo pela CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal), que mais não visa do que lançar a divisão entre os trabalhadores e favorecer o regresso do fascismo.

CONSIDERANDO Que o CAP já se torna evidente a todos os trabalhadores daquilo que é, pois não é mais do que uma organização de latifundiários e fascistas.

CONSIDERANDO Que as longas bichas de "Mercedes" destes "Agricultores" na beira da estrada, e o andar acompanhado de pides, não bastasse para demonstrar quem são esses senhores da CAP, que na sua última concentração em Portalegre deram vivas ao ELP, mostrando bem que canalha são.

Os Sindicatos Presentes no Plenário da Intersindical (Central Única dos Trabalhadores For-

6. PROPOSTA

GRANDE CAMPANHA DE APOIO

A REFORMA AGRÁRIA EM PORTUGAL

Em linhas gerais, a Grande Campanha de Apoio à Reforma Agrária, que urge desencadear sem mais demora, abrange os seguintes pontos:

1. criação de um Fundo de Apoio à Reforma Agrária (F.A.R.A.), que se regerá por um estatuto próprio que acompanha esta resolução e é parte integrante da mesma;
2. organização e activação de jornadas de trabalho voluntário nos campos, tendendo ao aproveitamento máximo por especialidades: execução de obras, assistência técnica, formação profissional, alfabetização, etc, evitando-se a concorrência com o trabalho rural;
3. organização de áreas de consumo colectivo (cantinas, refeitórios, cooperativas de consumo) e sua articulação com as áreas de produção agrícola e fabril controladas pelos assalariados e pequenos e médios agricultores, assim como pelo pequeno comércio;
4. criação de Comissões de Apoio à Reforma Agrária (C.A.R.A.) em cada fábrica, em cada escritório, em cada bairro, em cada aldeia, em cada escola, para dar impulso e organização adequada a toda a Campanha de Apoio;
5. mobilização de apoios da parte dos trabalhadores portugueses emigrados (cujo regresso dependerá em muito desta campanha) e dos trabalhadores de todo o mundo;
6. realização de plenários, assembleias e outras reuniões de massas nas fábricas, escritórios, bairros, aldeias, escolas, para debates e resoluções sobre a Campanha;
7. intensificação da campanha de informação e propaganda em defesa da Reforma Agrária, contra as manobras reacçãoárias;
8. consolidação da unidade de acção de todos os trabalhadores, da cidade e do campo, assalariados rurais e pequenos e médios camponeses, em defesa da Reforma Agrária, contra a ofensiva da reacção, pelo avanço do processo revolucionário a caminho do Socialismo.

Sindicatos Agrícolas de Beja, Évora, Portalegre, Setúbal e Santarém

Aprovada por maioria com 13 abstenções

Beja, 9 de Abril de 1976

7. REQUERIMENTO

VOTO DE CONFIANÇA AOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS
PARA ANALISAREM E APROVAREM ESTATUTOS PARA O FUNDO DE APOIO À REFORMA
AGRÁRIA (F.A.R.A.)

Requeiro ao Plenário um voto de confiança aos Sindicatos Agrícolas para que
sejam eles a analisarem e aprovarem os Estatutos entre si e que deles aprovados
seja dado conhecimento a todos os Sindicatos.

Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa
Sindicato dos Rodoviários de Lisboa

Aprovado por maioria com 2 votos contra

Beja, 9 de Abril de 1976

8. JORNADA DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA

REALIZADO EM BEJA

9 a 11 de Abril de 1976

CONCLUSÕES

1. GRANDE CAMPANHA NACIONAL DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA

- . Criar um Fundo de Apoio à Reforma Agrária (F.A.R.A.)
- . Organizar Jornadas de Trabalho Voluntário
- . Organizar áreas de consumo colectivo
- . Formar Comissões de Apoio à Reforma Agrária (C.A.R.A.)
- . Realizar Plenários, Assembleias Gerais e outros encontros de massa para Apoio à Campanha
- . Intensificar a divulgação de informações verídicas sobre a Reforma Agrária
- . Unir todos os trabalhadores, do campo e da cidade, contra a ofensiva reaccionária, pelo avanço da Reforma Agrária e do processo revolucionário a caminho do Socialismo.

2. DIPLOMAS FUNDAMENTAIS DA REFORMA AGRÁRIA

Exigir o cumprimento integral e a aplicação imediata dos diplomas fundamentais da Reforma Agrária:

- . Regulamentação do trabalho rural:

Exigir a imediata publicação do diploma genérico e o exacto cumprimento das Convenções e

Portarias. Exigir severas sanções contra os infractores.

. Leis contra a sabotagem económica:

Protestar energicamente contra a revogação recente dessas leis e exigir a sua aplicação imediata e severa contra agrários, industriais e outros grandes senhores que continuam a sabotar gravemente a economia do País.

Denunciar as grandes dívidas dos agrários; exigir a imediata suspensão de créditos, o imediato congelamento de contas bancárias e a penhora de bens para pagamento de todas essas enormes dívidas a trabalhadores, Caixas de Previdência, bancos e empresas em dificuldades.

. Leis de expropriação de terras e meios de produção:

Exigir a publicação imediata dos diplomas de expropriação de todos os prédios já sob controle dos trabalhadores.

Exigir a imediata publicação dos diplomas de reconhecimento oficial de todas as Unidades Colectivas de Produção com processo entregue.

Exigir a rápida ultimação das expropriações dos grandes latifúndios ainda existentes, dada a urgência de pôr cobro ao saque económico aí em curso e para resolução apropriada dos problemas de desemprego de assalariados e de instalação de pequenos agricultores.

Exigir que não haja quaisquer indemnizações a agrários absentistas, sabotadores e opressores. Exigir também toda a indemnização a que haja lugar, seja paga exclusivamente pelo Estado e em títulos e não pelos trabalhadores da terra, precisamente os mais explorados de entre todos os trabalhadores.

. Leis de arrendamento rural:

Exigir a aplicação de severas sanções sobre quem quer que não cumpra imediatamente estas leis e exerça violências sobre os agricultores - rendeiros, colonos, etc.

. Lei de extinção dos foros:

Exigir o estabelecimento imediato de severas punições contra quem infrinja o cumprimento desta lei.

. Lei dos baldios:

Exigir a imediata restituição de todas as terras baldias ao uso colectivo dos povos, incluindo os abusivamente apropriados por grandes senhores. Reclamar a aplicação de sanções contra quem se oponha à aplicação exacta dessa lei e sabote os bens colectivos existentes nas terras baldias.

3. OUTRAS MEDIDAS ESSENCIAIS

. Crédito:

Exigir a concessão imediata de crédito para fundo de maneio, a prazo favorável e juro baixo, exclusivamente para Unidades Colectivas de Produção e pequenos e médios agricultores isolados.

Exigir a imediata abertura de créditos subvencionais, a médio ou longo prazo e baixo juro, para compra de máquinas e gado e realização de obras nas Unidades Colectivas de Produção e nas pequenas e médias explorações.

Responsabilizar o Governo por todo o atraso na adopção destas medidas de apoio financeiro, consideradas da maior urgência e do máximo interesse não só para o progresso da agricultura, mas de toda a actividade económica nacional.

. Impostos:

Exigir forte atenuação ou eliminação de todos os impostos, taxas e outras cargas fiscais que sobrecarregam os trabalhadores do campo, assalariados e camponeses pobres.

Exigir que se cumpra sem mais demora a regra: fazer pagar mais a quem mais pode, tributando com carga fortemente progressiva os altos escalões de rendimento ainda existentes no País.

. Comercialização:

Exigir a rápida reestruturação dos circuitos comerciais, para corrigir os graves processos especulativos dos grandes intermediários parasitas.

Exigir que seja apoiada e não combatida toda a iniciativa dos trabalhadores para criar as suas próprias estruturas comerciais de carácter cooperativo.

Combater energicamente todas as tentativas para obrigar os trabalhadores a ficar totalmente subordinados a órgãos estatais na comercialização dos seus produtos.

. Contabilidade:

Combater vivamente todas as manobras tendentes a subordinar as Unidades Colectivas de Produção dos trabalhadores ao aparelho de Estado, a retirá-lhes a autonomia a que têm direito e que as leis confirmam. E, assim, lutar por que se assegure uma contabilidade própria nas estruturas produtivas, comerciais, industriais e financeiras dos trabalhadores, a semelhança, aliás, do que ocorre no sector capitalista da economia.

. Previdência rural:

Combater energicamente toda a tentativa para fazer pagar aos trabalhadores das Unidades Colectivas de Produção os 17% respeitantes aos patrões, o que com os juros de capital de empréstimo para salários chega a elevar as contribuições acima dos 30%.

Lutar pelo prioritário alargamento dos benefícios da Previdência Social aos assalariados agrícolas, pequenos e médios agricultores - rendeiros ou proprietários.

. Órgãos de Estado:

Exigir que adoptem as linhas programáticas do MFA e dos textos-programa seguintes, os quais obrigam a que estejam alinhados com as classes trabalhadoras e não com as classes privilegiadas. Combater energicamente todos os saneamentos à esquerda e exigir o regresso aos seus postos dos quadros que ganharam a confiança dos trabalhadores.

. Organizações terroristas:

Exigir medidas drásticas para eliminação das organizações terroristas "C.A.P.", "E.L.P.", "M.D.L.P.", "F.L.A.M.A.", "F.L.A." e quaisquer outras do mesmo tipo formadas ou que se venham a constituir.

4. CONSTITUIÇÃO POLITICA DA REPUBLICA PORTUGUESA

Exigir que sejam respeitados integralmente os princípios basilares da Constituição:

. Avanço da Reforma Agrária e do processo revolucionário em Portugal a caminho do socialismo.

. Exercício do controlo operário.

. Exercício pleno dos direitos de associação de classes: sindicatos e associações de pequenos e médios agricultores.

Considerar que todos os atentados contra a Reforma Agrária, contra o controlo operário e contra as associações dos trabalhadores são infracções das mais graves à Constituição e como tal devem ser punidas com especial severidade.

UNIDADE NA ACÇÃO: A FORÇA DOS TRABALHADORES!

DEFENDER E CONSOLIDAR A REFORMA AGRÁRIA A CAMINHO DO SOCIALISMO!

Beja, 9 de Abril de 1976

Aprovadas em concentração - comércio realizado no dia 11/4/76
no Largo das Piscinas em Beja na presença milhares de trabalhadores.